

A ocupação da terra e as relações de trabalho na lavoura cacaueteira.

Marcelo da Silva Lins*

Certamente a versão mais difundida a respeito da introdução da lavoura cacaueteira na Bahia é baseada nas informações do Pe. Joaquim da Silva Tavares segundo o qual o colono francês Louis Frederic Warneaux teria trazido algumas sementes do Pará e dado de presente a Antônio Dias Ribeiro que as plantou nas margens do rio Pardo, no atual município de Canavieiras em 1746, e essas plantações teriam chegado até Ilhéus em 1752 (AGUIAR, 1960:147).

Outra versão é baseada em relatório apresentado por Matheus da Cunha durante a Exposição Nacional de 1861, onde afirmou que em 1780, quando o governador da Bahia era o Marquês de Valença, por iniciativa deste e por intermédio de Ferreira da Câmara, se introduziu a cultura do cacau em Ilhéus (FREITAS e GARCEZ, 1975: 15).

Em uma versão mais recente, a brasilianista Mary Ann Mahony apontou que a chegada do cacau à Bahia se deu através dos escravos negros trazidos da África, apesar de reconhecer a inexistência de evidências documentais e que tal afirmação se sustenta na tradição oral (MAHONY, 2001:95).

Nenhuma dessas versões apresentadas defende a tese que o cacau teria se desenvolvido em bases comerciais já no século XVIII. A implantação da lavoura cacaueteira transformou a face da região, mas esse processo ocorreu de maneira lenta, gradual, e demorou bastante até se consolidar enquanto principal produto agrícola dessa área da Bahia. Até meados do século XIX o cacau conviveu junto a outros produtos constitutivos de uma policultura baiana.

Outra polêmica sustentada por Mahony é a importância dada pela autora ao papel da mão de obra escrava para o estabelecimento da economia cacaueteira da Bahia e para a sociedade que se desenvolveu a partir dela. Segundo a autora, os jesuítas foram os primeiros a introduzir, sistematicamente, o cacau na região, em suas propriedades em Camamu e Ilhéus, durante o século XVIII.

* Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz, Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Contato: mslins@uesc.br

Alguns fazendeiros começaram a plantar cacau no início do século XIX, especialmente imigrantes alemães e suíços, assim como membros das primeiras colônias estrangeiras instaladas na região. Em Ilhéus a primeira foi criada por Pierre Weyll, em 1822, formada por alemães de diversas profissões e localizada no antigo aldeamento dos índios *Grên*, na antiga Sesmaria do Almada. A falta de estrutura e de investimentos levou tal iniciativa ao fracasso: “Entre outras coisas a falta de alimentos e de material para trabalho, fez com que estes tivessem que se deslocar para Ilhéus, onde a Comarca local os abrigou”(AGUIAR, 1960:149). O Estado concedeu auxílio financeiro e estes colonos foram instalados no distrito do Banco da Vitória, às margens do rio Cachoeira, onde transformaram-se em pequenos proprietários, plantando cacau e culturas de subsistência.

Os números abaixo servem para acompanhar o crescimento da exportação de cacau no período.

Tabela 1: Exportação de cacau do município de S. J. dos Ilhéus (Século XIX)

ANO	TONELADAS	INCREMENTO %
1830	26	-----
1840	103	296
1850	299	190
1860	570	91
1870	1.196	110
1880	1510	26
1890	3.503	131

FONTE: Mahony, M. A. The world cacao made; society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1822-1919). Tese de doutorado apresentada a Universidade de Yale – EUA, 1996. p.190. Apud. RIBEIRO, André Luis Rosa. Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912). Ilhéus: Editus, 2001. p.153

Os dados acima confirmam a expansão da lavoura cacauera, e já na década de 1830, o sul da Bahia exportava 26 toneladas anualmente, passando para 13.000 toneladas em 1900 quando se tornou um dos principais produtores mundiais, o que demonstra o crescimento contínuo durante todo o século XIX e de maneira mais acelerada a partir das últimas décadas.

Além dos colonos europeus, foram responsáveis por esse crescimento, migrantes de outras áreas do nordeste brasileiro, fazendeiros descendentes dos colonizadores de Ilhéus, índios pacificados, escravos africanos e negros libertos, e aristocráticos plantadores de açúcar do Recôncavo Baiano, que a partir da crise dessa cultura passaram a investir em cacau no sul do Estado. Entre esses, apenas alguns colonos europeus, e mais os plantadores de açúcar do

Recôncavo e alguns poucos fazendeiros possuíam capital para maiores investimentos e para possuírem escravos para trabalhar na lavoura cacaujeira.

A posse desses escravos serviu também como garantia para obterem crédito agrícola e negociarem com comerciantes da capital do estado, prática comum em áreas remotas como o sul da Bahia. Por isso, esses proprietários de escravos tornaram-se os fazendeiros e comerciantes mais bem sucedidos da região, pois monopolizavam o comércio com Salvador, tornaram-se os principais compradores e vendedores de cacau, e tinham acesso e concediam parte do crédito agrícola para outros fazendeiros. Entre esses proprietários de escravos estavam os membros de famílias que marcaram a história e a vida política da região: os Sá, os Homem del Rei, os Adami de Sá, os Lavigne de Lemos, os Cerqueira Lima, os Amaral. (MAHONY, 2001:116)

Em meados da década de 1870 o governo autorizou a alienação das terras dos aldeamentos indígenas extintos “e sua venda pelo preço de mercado aos foreiros ou a outros, como fosse mais vantajoso para a Fazenda Nacional”. Com isso abriu-se a possibilidade de ocupação de áreas até então reservadas, constituindo-se em novos espaços para o crescimento da lavoura cacaujeira onde já contavam com certas benfeitorias. É nesse contexto que “os índios foram sendo descartados como trabalhadores inadequados às novas perspectivas, pela preferência dada à grande leva de imigrantes”. (GUERREIRO DE FREITAS e PARAISO. 2001: 89-97)

Em 1872, de acordo com contagem da época, Ilhéus possuía 5682 moradores e entre esses 1051 eram escravos. Apesar dessa proporção de escravos entre a sua população, alguns estudiosos da região do cacau preferiram ignorar ou desconsiderar tal dado e construíram narrativas que afirmam que desde o seu início a lavoura cacaujeira utilizou-se somente do trabalho livre. Gustavo Falcon, no livro *Os Coronéis do Cacau*, defendeu a interpretação que na fase inicial de ocupação da região e plantio do cacau, tal tarefa foi desempenhada por um “quase-campesinato”, que “se configuraria pela detenção da posse, mas não da propriedade da terra e, em geral, por uma vinculação instável com ela” (FALCON, 1995: 26). Em *A Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaujeira*, Amílcar Baiardi apresentou uma versão onde acredita que desde o início da lavoura do cacau em meados do século XVIII contou com mão de obra assalariada onde: “Recebendo adiantamento do capital comercial, o desbravador contratava força de trabalho não escrava para suas expedições, construção de infraestrutura e plantio do cacau” (BAIARDI, 1982:53).

Desde o final do século XIX que o Governo e as elites econômicas intensificaram o estímulo à migração para a região com promessas de progresso para quem se dispusesse a trabalhar na imensidão de terras disponíveis. Contudo essa possibilidade de enriquecimento rápido e fácil e o acesso ilimitado às terras eram muito mais uma manipulação das informações visando atrair um grande contingente populacional e atender aos interesses dos grandes proprietários rurais já existentes, que tinham dificuldades com a falta de braços para trabalhar na expansão da lavoura.

A maioria desses imigrantes era oriunda do norte da Bahia e dos Estados de Sergipe e Alagoas. Destes, parte considerável se instalou em terras devolutas situadas na fronteira oeste da região e, geralmente, não tinham a situação fundiária regularizada.

Com a proclamação da República, a responsabilidade pela regulamentação fundiária passou a ser atribuição dos Estados. Na Bahia, em 1897, foi criada a Lei 198 que estabelecia a forma como isso ocorreria. Criaram-se as Delegacias de Terras, e foi permitida a legitimação das posses ocorridas até dois de julho de 1891 e estabeleceu os prazos para a entrada dos pedidos de regularização; contudo, tais prazos foram prorrogados várias vezes até 1921, (OLIVEIRA, 2002:33) e ainda em 1928 a Associação Comercial de Itabuna encaminhou ao governador do Estado nova solicitação para prorrogação desse prazo (GUERREIRO DE FREITAS e GARCEZ, 1979:32). Entre 1898 – ano de implantação da Lei estadual de regularização das terras - e 1930, o sul do Estado concentrou “mais de 68% dos processos referentes a compras de glebas do Estado – cerca de 10.355” (FALCON, 1995:42).

Os migrantes que chegaram à região nesse período se estabeleceram como pequenos produtores, geralmente utilizavam mão de obra familiar, não tinham acesso ao crédito agrícola e não controlavam os mecanismos de comercialização do produto, por ser voltado à exportação. E como do plantio ao início da efetiva produção do cacau leva, em média, entre quatro e seis anos, acabavam por endividar-se junto aos comerciantes exportadores, ou junto aos grandes fazendeiros, que atuavam como financiadores. Em alguns casos, o endividamento ocorria desde o ato de adquirir e se instalar na terra e, na maioria das vezes, no investimento da produção. Assim, esses pequenos produtores viam parte da renda gerada ser destinada a pagar as altas taxas de juros cobradas pelo capital usurário. Em muitos casos viram-se forçados a trabalhar como assalariados dos grandes fazendeiros como forma de incrementar a renda familiar, ou então, na pior das hipóteses, foram obrigados a desfazer-se das terras perdendo-as justamente para os agentes que serviram como seus financiadores. Sendo assim

percebe-se como as dificuldades do acesso ao crédito teve papel importante na formação e concentração da propriedade fundiária na região (GARCEZ, 1977).

Se no início do século XIX o papel de concentrar as atividades de comercialização e, ao mesmo tempo, atuar como agente financiador estava nas mãos dos antigos proprietários de escravos, com o rápido crescimento da lavoura cacaueteira, no final do século XIX e início do século XX, estes já não tinham condição de suprir toda a demanda existente. Inúmeras casas exportadoras passaram a atuar na zona cacaueteira e a exercer esse papel de maneira bastante eficiente para os seus propósitos. Com o tempo passaram a atuar em diversos setores: representantes de Bancos e companhias nacionais e estrangeiras, companhias de navegação, empresas de transportes, seguradoras e atuando como agente financeiro. Atuavam também como fornecedores de produtos alimentícios necessários para o abastecimento local que praticamente só produzia cacau e por isso essa demanda só tendia a aumentar.

Nesse período ficou bastante evidenciado o papel desempenhado pelo capital comercial no financiamento da lavoura e como ele foi fundamental para o processo de formação e concentração da propriedade da terra na região. Parte desses comerciantes era oriunda da capital do Estado; outros, os maiores, subordinados ou representantes de empresas estrangeiras, inicialmente europeias e posteriormente norte-americanas, interessadas na dupla possibilidade de ganho, no financiamento da produção e no comércio, assegurado através do controle da produção exercido pela dependência financeira a que estava submetido o produtor, transformando, dessa forma, a renda camponesa em lucro mercantil.

Em 1904 o cacau ultrapassou o valor das exportações de fumo e tornou-se o principal produto na pauta de exportações do Estado da Bahia, desempenhando importante papel na arrecadação de tributos e geração de divisas. Nesse período, foram constantes os anúncios na imprensa colocados pelo governo baiano no sentido de atrair interessados em se lançar na aventura do cacau, onde se oferecia além das promessas de acesso a terra, transporte gratuito através da Companhia de Navegação Baiana, o que atraiu grandes levas de sergipanos e alagoanos (GONÇALVES, 1960:23).

A partir da década de 1920 ocorreu o que Antônio Fernando Guerreiro de Freitas chamou de “formação da burguesia cacaueteira,” a partir da aproximação dos interesses de uma elite de fazendeiros muito ricos que passou a comprar e vender cacau, e comerciantes exportadores que se transformaram em proprietários e conseqüentemente produtores, estabelecendo certa unidade nos interesses daqueles que antes se constituíam em classes

distintas e até antagônicas e que passaram a formar um grupo misto “tendendo a se constituir como uma só classe” (GUERREIRO DE FREITAS; PARAISO, 2001: 111).

Concordamos que tal processo aconteceu, contudo é importante salientar que isso não eliminou algumas contradições internas inerentes a essa “burguesia cacaeira”. Uma delas advém do fato de que parte considerável desses comerciantes exportadores que se tornaram produtores era composta por investidores estrangeiros e, por isso, tinham interesses específicos. Além disso, alguns outros eram comerciantes advindos de antigas culturas tradicionais da Bahia como o fumo ou o açúcar e que, por isso, estabeleciam relações privilegiadas com os detentores do poder do Estado. E, por último, deve ficar claro que nem todo produtor de cacau ou grande proprietário tornou-se comerciante ou financiador e por isso continuavam a existir frações com interesses distintos entre os fazendeiros e comerciantes.

Como exemplo desse conflito de interesses, podemos apontar a reivindicação de parte dos produtores em aparelhar o porto de Ilhéus, que não tinha boas condições para o escoamento da produção, e constantemente ocasionava atrasos nos embarques para Salvador, única via para a exportação de cacau para o exterior. A intenção era capacitar o porto para que os navios estrangeiros pudessem atracar na cidade e com isso exportar diretamente sem precisar da intermediação da capital. Manifestaram-se a favor dessa iniciativa o Sindicato dos Agricultores de Cacau e a Associação Comercial da Bahia, ambos com sede em Salvador, enquanto as casas exportadoras tencionavam ao contrário para não perderem o controle do comércio. A alternativa encontrada foi buscar o apoio do Governo Federal, obtido através do Ministério da Viação, com o início da obra em 1923 e sua conclusão em 1926. Após as melhorias no porto de Ilhéus, as casas exportadoras, preocupadas com a possibilidade de perder essa fatia no comércio, passaram a atuar de maneira mais direta na região, eliminaram alguns intermediários e estabeleceram filiais espalhadas nas várias localidades e, ao mesmo tempo, ofereceram melhores preços aos produtores e trataram de aumentar a dependência através do financiamento, difundindo a prática da compra antecipada das safras (DINIZ, 1983:54).

Com relação à burguesia cacaeira, os elementos que possibilitaram a formação e fortalecimento desse grupo foram justamente as dificuldades encontradas no desenvolvimento da economia cacaeira, a precária infra-estrutura de transporte e comunicações, a distância do mercado consumidor do cacau, a dependência do produtor diante do comerciante exportador, a dependência do mercado externo, a falta de armazéns, e ainda as cheias, pragas e

principalmente a falta de crédito. Os setores que compuseram a burguesia cacaueteira souberam se aproveitar dessas dificuldades para atuar como financiadora da produção e intermediária do comércio. Quanto maiores as dificuldades, mais obtinham vantagens nas suas relações com os pequenos e médios produtores.

Com relação ao crédito, apenas em 1905 foi instalado em Ilhéus o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, com atuação limitada e em 1917 foi criada a primeira agência do Banco do Brasil de Ilhéus e, em 1924, a de Itabuna. Em 1925, o Banco Econômico passou a atuar na região. Apesar disso as complexas exigências, principalmente a referente à documentação de posse da terra, dificilmente apresentada, não alteraram muito a situação no que tange à dificuldade dos pequenos produtores na obtenção de crédito. Estes continuaram a utilizar o crédito especulativo, que cobrava taxas de juros exorbitantes que em muitos casos não se conseguia saldar, conferindo ao crédito importante papel na concentração da propriedade. Para esclarecer essa discrepância, enquanto os juros cobrados pelos Bancos giravam em torno de 8%, o crédito usurário chegava a 48% ao ano (GARCEZ e GUERREIRO DE FREITAS, 1979: 25).

Alguns grandes proprietários, por disporem das condições necessárias para obter crédito formal, adquirido nos poucos bancos existentes, se aproveitaram dessa condição para conseguir crédito a melhores juros e prazos e emprestavam aos pequenos produtores a juros exorbitantes. Um exemplo marcante dessa prática foi o detentor de uma das maiores fortunas da região, Manuel Misael Tavares da Silva, que era o maior tomador de empréstimos do Banco de Crédito Hipotecário, e ao mesmo tempo era o maior prestador da cidade (FALCON, 1995:59). Se em 1914 possuía cerca de dezoito fazendas e empregava cerca de quatrocentos trabalhadores, em 1930 “possuía, além de um banco, milhares de ações, inúmeros imóveis urbanos e nada menos que setenta e sete fazendas, com um total aproximado de um milhão e trezentos mil cacaueteiros, produzindo quase sessenta e cinco mil arrobas” (GARCEZ, 1977: 132).

Sendo assim, percebe-se que o mesmo capital passou a atuar nas diversas áreas, desde a produção, comercialização e financiamento, ou seja, houve uma metamorfose no capital empregado na região. Fazendeiros tornaram-se comerciantes e financiadores, e comerciantes financiadores transformaram-se em fazendeiros, e ambos, ao mesmo tempo passaram a obter lucro e renda. Nos respectivos casos o processo de expropriação dos pequenos produtores foi o elemento essencial.

Cabe destacar que alguns dos maiores empreendimentos que atuavam dessa forma era formado a partir de capital estrangeiro, a exemplo da Steveson & Cia e a Wildberger & Cia, que acabavam por remeter parte significativa do capital excedente para seus países de origem. Para se ter uma ideia do processo de acumulação dessas empresas:

quando se organizou a firma Sociedade Anônima Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, cujos sócios eram as empresas comerciais Wildberger e Cia. e Rapold, Manz & Cia., tendo como objetivo a compra de propriedades agrícolas, os dois principais acionistas já apresentavam, entre seus bens imóveis, 118 fazendas, todas situadas na região cacaueira, sendo 9 em Ilhéus, 78 em Belmonte, 28 em Canavieiras, 2 em Una e uma em Itabuna. Elas totalizavam uma superfície de aproximadamente 14.643 ha., com 2.774.876 pés de cacau plantados (GUERREIRO DE FREITAS; PARAISO, 2001: 122).

Outro fator importante a ser levado em conta ao analisarmos o processo de acumulação de terras na região era a dificuldade de regularização fundiária e ainda o desrespeito aos posseiros e mesmo àqueles que detinham títulos das terras ocupadas. Muitos desses foram expulsos das terras por não terem condições de regularizar a posse, ou por não conseguir defender seus direitos legalmente junto aos órgãos judiciais existentes que eram controlados pelos grandes fazendeiros e comerciantes que tinham ligações políticas com escalões superiores e que nomeavam os ocupantes dos cargos públicos na região.

Tal processo foi incrementado pelo que na região era chamado de “caxixes”, termo usado na época para referir-se ao que atualmente é chamado de “grilagem”, procedimento de indivíduos que procuram apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade. O termo “grilagem” nasceu a partir da prática de colocar os documentos falsificados em uma caixa com alguns grilos, para que após algumas semanas passassem a ter aparência envelhecida em função dos excrementos do inseto. No caso do sul da Bahia não havia essa preocupação em maquiagem os documentos com insetos, e assim o termo foi cunhado: “O caxixe é um macaquinho que rói o cacau por dentro, você passa na roça o cacau está bom, você derrubou, não tem nada, então o caxixe é um negócio que tem todo aspecto legal, mas não é (...)” (GUERREIRO DE FREITAS, 2001: 52).

Alguns fazendeiros, com a conivência de agentes públicos que atuavam nos cartórios, se aproveitavam do fato de a grande maioria dos pequenos posseiros não possuírem a documentação de suas terras, para forjarem documentos que possibilitavam a expulsão de antigos ocupantes das terras. Geralmente esse procedimento era acompanhado de formas de pressão mais violentas.

(...) forjavam-se documentos para apossamento ou venda das terras a terceiros, incluindo nisso a freqüente queima de Cartórios de registros de propriedade da região (naturalmente com relação às terras tituladas ou registradas); realizava-se a invasão de terras e o roubo de safras como meio de pressão para expulsar o roceiro de suas plantações; as tocaias criminosas, as guerras entre famílias ou entre vizinhos, tudo isso foi posto a serviço de fazer crescer a propriedade, de 'emendar' as plantações ou as fazendas, de construir os 'conjuntos' (GARCEZ, 1977:135).

Processo parecido ocorria também com a participação dos responsáveis pelas Delegacias de Terras. Editais eram publicados dando aos pequenos proprietários alguns dias para pagarem impostos supostamente necessários à legalização de suas terras. Tais editais eram publicados em locais que pouca gente via, ou em jornais que a maioria da população e conseqüentemente os interessados não tinham acesso, e mesmo quando tomavam conhecimento nem sempre dispunham de dinheiro para pagar tais obrigações, e conseqüentemente, suas terras eram confiscadas, após o vencimento do prazo determinado. “Em geral, e de acordo com a estratégia engendrada, essas eram, logo a seguir, adquiridas pelo grande fazendeiro” (SAMPAIO, 1992:53).

No exemplo acima observamos que o processo de expulsão dos pequenos proprietários e posseiros pelos grandes fazendeiros tinha a conivência e colaboração de agentes públicos, inspetores de terras, responsáveis por legalizar a ocupação e a propriedade das terras públicas. Essas táticas mostraram-se bastante eficientes até porque eram travestidas de processos supostamente legais e executadas por elementos que exerciam cargos ou funções públicas importantes. Por vezes esse processo de expropriação não teve tanta preocupação de travestir-se de legalidade, sendo muito comum na região a ação dos jagunços e pistoleiros na eliminação física de ocupantes de terras para posteriormente serem legalizadas pelos grandes fazendeiros, no chamado “caxixe”. Sem dúvida, um aspecto da história regional imortalizado pela literatura através das obras de Jorge Amado.

Cabe salientar a importância do controle dos órgãos estatais para a concretização dessas práticas excludentes, e como esse controle se efetivava a partir das relações políticas nitidamente coronelistas. É também significativo destacar que, diferente da ideia tradicional de latifúndio, quando se trata da concentração fundiária na região cacaueteira, formaram-se alguns grandes proprietários de inúmeras pequenas propriedades que juntas formavam grandes extensões de terra, constituindo o que Angelina Garcez chamou de conjunto (GARCEZ, 1977:135).

Ao descrever esse processo de expropriação e concentração fundiária, devemos deixar claro que, apesar da consolidação das relações de trabalho assalariadas, não houve uma total extinção da pequena propriedade baseada na produção familiar. E, ainda, que apesar da sua sobrevivência, não significa que estava fora do modo de produção capitalista, pois este comportou formas patronais e familiares de produção. Como afirma Amílcar Baiardi:

Em face de o capitalismo ser o processo hegemônico na região e de a produção familiar reproduzir-se sob a égide do capital e de acordo com a sua lógica expansiva, torna-se questão menor procurar as diferenças entre fazer parte (subsumir) e sujeitar (subordinar), quando se trata de processos produtivos, envolvendo o trabalho e o capital. O que interessa antes de tudo captar é que o trabalho está valorizando o capital sem estar imiscuído no processo produtivo capitalista. Este é o conceito de subsunção formal, independente da maior ou menor autonomia operativa do pequeno produtor (BAIARDI, 1982:31).

Esse mesmo autor acredita na coexistência espacial entre a propriedade capitalista e familiar, isso porque não houve essa diferenciação durante o processo de ocupação da região e que estabeleceu relações marcadas pela integração e subordinação. Concordamos com essa argumentação até porque, além das relações de financiamento e da absorção da força de trabalho familiar nas grandes propriedades capitalistas, já descritas, devemos considerar também a venda de produtos destinados à alimentação humana e animal, produzidos nas pequenas propriedades. E ainda que devido ao longo e caro processo de beneficiamento e transporte do cacau, em muitos casos os produtores familiares, após concluir o ciclo de produção, vendiam o cacau ao produtor capitalista, que no beneficiamento e transporte adicionava mais uma forma de ganho.

Acreditamos que desde os momentos iniciais da ocupação da região se formaram também grandes propriedades, ou por apropriação de terras devolutas através dos processos de compra ou simples ocupação, ou através das terras adquiridas através de compra ou invasão violenta ou ainda terras remanescentes das antigas sesmarias que durante o século XIX produziam com base no trabalho escravo, ainda que não constituíssem a maioria das propriedades. No entanto, desconfio das fórmulas que generalizam a formação da propriedade como se fosse de maneira evolutiva para todos os casos. Pois é possível identificar várias situações diferentes, e coexistência de diferentes relações de trabalho e de propriedade em períodos próximos.

A versão consolidada de que a lavoura cacaeira se instalou graças aos imigrantes sergipanos que chegaram para a região fugindo da seca, viraram posseiros e graças ao seu esforço, “evoluíram” para proprietários, passando a usar mão de obra assalariada já não se sustenta, pois outros sujeitos atuaram nesse processo de diferentes maneiras. Na verdade essa versão é ideológica, por dois fatores principais. Primeiro, na medida em que encobre o uso do trabalho escravo na lavoura cacaeira, e tais famílias que na República passaram a esconder seu passado escravocrata tinham então uma versão publicável do seu passado. Segundo, porque generalizou, e ainda transformou em heróis, os chamados desbravadores, e aqui a ação é ainda mais escamoteadora, pois encobriu o fato do acesso a terra não ter sido para todos, não estavam assim tão disponíveis, eram necessárias relações privilegiadas para ter acesso e para regularizar, e além disso escondeu também os conflitos pela terra, o caxixe, os assassinatos, subornos, agiotagem, expulsão e genocídio de indígenas, transformando esses episódios em sinônimos de bravura.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Manuel Pinto de. (Coord.) *A Zona Cacaeira*. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1960.

BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaeira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1982.

DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluísio Capdeville. *A Região Cacaeira da Bahia – Série Estudos Regionais*. Recife, SUDENE, 1983.

FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá/Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. *História Econômica e Social da Região Cacaeira*. Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975 (Coleção Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaeira, vol. 8.).

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. *Bahia Cacaeira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaeira no Eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930*. (Dissertação de Mestrado) UFBA. Salvador. 1977.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PAUL

GUERREIRO DE FREITAS, Antônio; e PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

GUERREIRO DE FREITAS, Antônio Fernando. (Org.) *Sá Barreto*, Ilhéus: Editus, 2001.

GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *O Jequitibá da Taboca*. Salvador: Oficinas Gráficas da imprensa Oficial da Bahia, 1960.

MAHONY, Mary Ann. *Instrumentos Necessários: Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889*. Afro-Ásia, nº 25-26, Salvador: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, p.95-139. 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UNEB, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.